

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSEF JOFFE, *UBERPOWER. THE IMPERIAL TEMPTATION OF AMERICA*

Nova York, W. W. Norton & Co, 2006, 256 pp.

Depois da *hyperpuissance* de Hubert Védrine e do *Colossus* de Niall Ferguson, Josef Joffe, acadêmico e jornalista, propõe-nos os Estados Unidos como *Uberpower* – ou *Ubermacht*, um termo que se pode traduzir muito bem como superpotência.

A história de Josef Joffe percorre o período desde o fim da Guerra Fria, no dia de Natal de 1991, e concentra-se em dois temas principais – as crises das relações entre os velhos aliados ocidentais, e as escolhas estratégicas dos Estados Unidos. O primeiro é o mais interessante, nomeadamente quando a vaga de antiamericanismo europeu é tratada sob o signo de uma sequência de vagas de ressentimento contra a modernização, que começam com o romantismo e a reação contra o *Aufklärung* e a civilização (francesa) e se repetem com Sombart e De Maistre, incluindo uma versão original da ameaça que os Estados Uni-

dos representam para a verdadeira cultura (alemã). Para Josef Joffe, o ressentimento europeu resulta da *angst* da Europa perante a inevitabilidade de se submeter ao modelo americano. O segundo é recorrente nos seus trabalhos e debate as variações possíveis da estratégia norte-americana entre a versão clássica (inglesa) da hegemonia da potência marítima e a não menos clássica estratégia de Bismarck, cujo «pesadelo das alianças» o levava a acumular alianças que, tal como as alianças norte-americanas, não servem para acumular poder mas para o neutralizar. Os Estados Unidos têm de poder, simultaneamente, conter os riscos, por ora superficiais, de uma coligação contra-hegemónica, e tirar partido da oportunidade única que representa o seu poder singular e sem precedentes para reordenarem o sistema internacional. Joffe é escasso sobre esta última questão e limita-se a insistir, com razão, nas virtudes da legitimidade para a consolidação do poder dos Estados Unidos, comparando, designadamente, as circunstâncias da primeira com as da segunda guerra no Iraque.

O seu propósito é, mais uma vez, evitar a ruptura da aliança ocidental – o *Berlin-Ber-*

keley Belt – e defender os seus interesses contra as derivas do *Baghdad-Beijing Belt*. Mas não é evidente que a decisão crucial dos Estados Unidos seja entre a tentação imperial e a sua subordinação aos princípios de legitimidade internacional.

**CHRISTOPHER LAYNE,
THE PEACE OF ILLUSIONS.
AMERICAN GRAND STRATEGY
FROM 1940 TO THE PRESENT**

Ithaca, Cornell University Press, 2006, 290 pp.

A «exceção hegemónica» é, recorrentemente, o fundamento implícito ou explícito – explícito e elevado ao estatuto de doutrina, nomeadamente nos casos de Wilson, de Roosevelt e do último Bush – das estratégias internacionais dos Estados Unidos. Segundo essa tese, a natureza democrática, a qualidade do modelo multilateral e o relativo isolamento geográfico da maior potência do nosso tempo conjugam-se para tornar estável e duradoura a preponderância norte-americana no sistema internacional, ao contrário do que aconteceu sempre, no passado, às tentativas hegemónicas da França, da Inglaterra ou da Alemanha.

Christopher Layne nunca aceitou essa tese e, contra a corrente, opôs quer aos defensores optimistas da unipolaridade, quer aos defensores agnósticos da unipolaridade, a regra clássica da balança do poder, que vincula todas as escolas realistas, velhas e novas: uma concentração excessiva de poder numa única grande potência tem como resultado uma resposta das outras grandes potências para a contrabalançar. Mas Layne reconhece que há um

problema – no passado tratava-se de travar uma tentativa de impor a hegemonia unipolar, neste momento trata-se de fazer o contrapeso de uma unipolaridade existente, o que é muito mais complicado.

Essa dificuldade não anula a validade da regra e, mais tarde ou mais cedo, novas grandes potências – neste caso as mais antigas, como a China e a Índia – vão ter um poder comparável ao dos Estados Unidos e restaurar o equilíbrio internacional. A questão é saber se será mais tarde ou mais cedo. Para Christopher Layne, a tendência persistente dos Estados Unidos para estarem presentes em múltiplos conflitos e regiões – o Médio Oriente, a Europa, a Ásia Oriental – é a melhor maneira de acelerar esse reequilíbrio inevitável. A alternativa, na sua opinião, é desistir das estratégias expansionistas e voluntaristas que prevaleceram na política norte-americana desde o fim da II Guerra Mundial e regressar ao *offshore balancing*, a velha linha prudente e moderada da potência marítima, que a separa dos excessos e dos riscos da potência continental.

**ODD ARNE WESTAD, THE GLOBAL
COLD WAR. THIRD WORLD
INTERVENTIONS AND THE MAKING
OF OUR TIMES**

Cambridge, Cambridge University Press, 2005, 498 pp.

O Cold War International History Project, o principal programa de estudos dos arquivos da Guerra Fria, criado pelo Wilson Center, abriu caminho a uma série de trabalhos de grande qualidade sobre o período crucial da competição bipolar entre os Estados Unidos e a União

Soviética. Até à data, o mais interessante e o mais original é o último livro de Odd Arne Westad, director do Cold War Studies Center na London School of Economics.

Em *The Global Cold War*, Westad procura, desde logo, realçar a importância decisiva da dimensão ideológica nas estratégias soviéticas e norte-americanas, nomeadamente quando as duas grandes potências, ambas defensoras do anticolonialismo, alargam a sua competição ao Terceiro Mundo, um conceito que vive e morre com a Guerra Fria. Por outro lado, como historiador, propõe-se inverter as narrativas tradicionais da Guerra Fria para analisar os principais episódios da rivalidade bipolar, desde Cuba e o Vietname até ao Afeganistão, a partir das periferias. A sua tese defende que os sucessivos conflitos que atraíram os Estados Unidos e a União Soviética se inscrevem no quadro geral da descolonização e, em larga medida, preservam a sua autonomia. Por último, Westad sublinha os malefícios da interferência dos dois grandes adversários, que precipitou a transformação de uma parte dos conflitos de descolonização em guerras civis prolongadas: as consequências dessa manipulação, os ressentimentos e as privações resultantes dessas guerras continuam a marcar o pós-Guerra Fria, designadamente com a ressurgência de movimentos terroristas.

Sobretudo, Odd Arne Westad, tirando o maior partido da massa de documentos disponíveis, quer do lado soviético, quer do lado norte-americano, é magnífico a reconstituir as crises periféricas da Guerra Fria, incluindo o caso de Angola, bem

como a revolução iraniana, onde a União Soviética e os Estados Unidos cometem erros crassos de previsão sobre as tendências da revolução islâmica, que vai ser um factor crucial na sequência delirante que força a União Soviética a intervir no Afeganistão, onde a sua derrota acelera o fim da Guerra Fria.

PAUL KENNEDY, THE PARLIAMENT OF MAN. THE UNITED NATIONS AND THE QUEST FOR WORLD GOVERNMENT

Londres, Allen Lane, 2006, 384 pp.

Paul Kennedy, o autor de *The Rise and Fall of the Great Powers* (1987), passou os últimos anos em Yale a estudar a Organização das Nações Unidas, começando com a sua participação na feitura do relatório do Independent Working Group on the Future of the United Nations, ao qual presidiu com Richard von Weizsacker e Moreen Qureshi.

A transição entre a história das grandes potências e a história das Nações Unidas, incluindo um capítulo inicial sobre o fracasso da Sociedade das Nações, não é fácil, e pode mesmo ser interpretada como uma forma de penitência. Todavia, Paul Kennedy conseguiu fazer um livro moderado e interessante sobre as Nações Unidas, um tema que costuma produzir, alternadamente, estudos hagiográficos sobre o advento do ordenamento cosmopolita e análises impiedosas sobre a inutilidade perversa da Organização das Nações Unidas. A sua avaliação crítica sobre as instituições e os trabalhos das Nações Unidas, incluindo as suas últimas

missões para pôr fim a conflitos prolongados e impor a democracia pelas armas e pela ocupação militar, como no caso de Timor-Leste é, no essencial, positiva. As Nações Unidas são uma parte indispensável do ordenamento internacional e a estabilidade política internacional tem tudo a ganhar com a sua existência, designadamente no domínio da segurança onde a organização tem funções relevantes, mesmo se continua a não ser o instrumento decisivo de contenção das ameaças hegemónicas que os seus fundadores, sobretudo o Presidente Franklin Roosevelt, queriam criar.

No entanto, ao fim dos seus primeiros cinquenta anos, há um largo trabalho de reformas necessário para adaptar as Nações

Unidas ao novo século. Paul Kennedy está interessado apenas em reformas pragmáticas e viáveis: por exemplo, o sistema das Nações Unidas inclui instituições que não funcionam, como o Comité Económico e Social (ECOSOC) e talvez pudessem ser extintas, caso não consigam mudar de regras e hábitos, e precisa de valorizar os estados-membros que são produtores internacionais de segurança, nomeadamente na escolha dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança, ao mesmo tempo que se deve libertar de um rotativismo paralisante entre as cohortes de estados alinhados em função de critérios arcaicos e caducos, organizados para partilhar o poder nas Nações Unidas.

■ CARLOS GASPAR

MÉDIO ORIENTE

**IVO DAALDER, NICOLE GNESOTTO
E PHILLIP GORDON (EDS.),
CRESCENT OF CRISIS – U.S.-EUROPEAN
STRATEGY FOR THE GREATER
MIDDLE EAST**

Washington, Brookings Institution, 2006, 263 pp.

A definição de uma estratégia para o Grande Médio Oriente tem sido um dos pontos centrais das relações transatlânticas. Esta importância deriva não só da necessidade de uma abordagem comum aos problemas da região, mas também das divergências entre europeus e norte-americanos relativas às políticas a seguir.

Questões como a estratégia a adoptar face à política nuclear do Irão, a resolução do conflito israelo-palestiniano, as relações com a Síria e o Líbano, os conflitos no Ira-

que e no Afeganistão, são recorrentes na agenda das políticas externas americana e europeia e, conseqüentemente, na agenda transatlântica. Se os objectivos a atingir são comuns – como alcançar a paz e estabilidade no Médio Oriente, promover a democracia e a economia de mercado e garantir o acesso a recursos energéticos vitais –, já as políticas a seguir parecem ser divergentes.

Poderão a América e a Europa forjar uma estratégia comum face à crescente instabilidade no Médio Oriente? Responder a esta questão é um dos principais objectivos de *Crescent of Crisis: U.S.-European Strategy for the Greater Middle East*, uma edição da Brookings Institution – um reputado think-tank americano – em parceria com diversos institutos europeus, entre os quais o Institute for Security Studies da

União Europeia. Para cada um dos temas em análise neste volume contribuíram académicos dos dois lados do Atlântico – como Kenneth M. Pollack, Bruno Tertrais, Flynt Leverett, James Dobbins e Michael Schmunk – que nas suas análises espelham as diferentes percepções face a questões como o uso da força, a legitimidade e a forma mais correcta de influenciar a resolução dos problemas no Médio Oriente.

Se os autores discordam quanto à aproximação face aos diversos desafios com que se depara o Médio Oriente – como a necessidade de modernização, promoção de regimes democráticos e resolução de conflitos – há, contudo, uma conclusão que é partilhada: uma estratégia comum americana e europeia aumentaria as perspectivas de sucesso para os fins que ambos desejam para a região. Contudo, isto exigiria um enorme esforço de parte a parte. Conciliar uma estratégia implicaria romper com os tradicionais modelos que têm sido seguidos por americanos e europeus. Na verdade, a coordenação transatlântica tem tido um carácter *ad hoc* e está longe de apresentar resultados satisfatórios em relação aos intrincados problemas que afligem a região. Desde logo, os Estados Unidos têm preferido aliar-se a cada um dos estados europeus *per se*, e não ao conjunto da UE. Contudo, esta tendência poderá vir a ser alterada. Em especial porque os Estados Unidos começam a perceber que a União Europeia é, cada vez mais, um interlocutor efectivo face ao que parece ser uma diminuição da relevância da NATO. Enquanto esta continua a ser a mais importante aliança militar dos EUA,

a UE apresenta-se cada vez mais como o apoio político e económico que os americanos tanto precisam em várias frentes críticas. Como forma de coordenar estratégias, os autores de *Crescent of Crisis* propõem a criação de novos mecanismos de cooperação e consultas mútuas, nomeadamente a criação de um fórum regular que reúna representantes americanos e europeus para discutir as questões do Grande Médio Oriente e concertar medidas.

Esta obra é sem dúvida um importante contributo para a percepção das relações transatlânticas, não só pela qualidade das análises apresentadas, mas também porque trata alguns dos problemas (e conflitos) mais marcantes da actualidade política internacional. É de salientar, porém, que apesar de toda a boa vontade evidenciada os diversos autores (académicos sem responsabilidades políticas) não conseguiram apresentar uma proposta de estratégia transatlântica comum para o Grande Médio Oriente...

EFRAIM HALEY, MAN IN THE SHADOWS

Nova York, St. Martin's Press, 2006, 292 pp.

O universo da Mossad, a agência de *intelligence* israelita, sempre suscitou as especulações mais variadas. Ao longo dos anos, inúmeras obras, de uma forma mais ou menos próxima à realidade, têm procurado desvendar os meandros de uma organização cujas actividades têm estado sempre envoltas em grande mistério.

Man in the Shadows poderia ser mais uma obra sobre os serviços secretos israelitas. Contudo, trata-se da biografia de Efraim Haley, um homem que ingressou na Mos-

sad em 1961, tendo-a dirigido entre 1998 e 2002. Se esta obra desilude aqueles que procuram os segredos bem guardados da Mossad, é de leitura interessante para os que procuram compreender os acontecimentos e ligações de poder que marcam os processos de tomada de decisão no Médio Oriente, em particular no que diz respeito às relações entre os diversos estados e à luta contra o terrorismo.

Efraim Haley foi diplomata em Washington e Paris e embaixador de Israel junto da União Europeia. Ao longo da sua carreira contactou com as elites políticas e diplomáticas mundiais e conheceu, de perto, os diversos serviços de informações do Médio Oriente, Estados Unidos e Europa. É a partir da experiência adquirida que procura apresentar uma perspectiva de *insider* dos acontecimentos que marcaram o Médio Oriente entre 1990 e 2003, incluindo a reacção aos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001.

Para além do relato de bastidores de diversos episódios da história recente do Médio Oriente – como o processo de negociação do Acordo de Paz entre Israel e a Jordânia, em que participou intimamente – o autor analisa de forma pormenorizada a reacção do «mundo livre» ao fenómeno do «terrorismo islâmico». Efraim Haley relata que cedo percebeu a dimensão da ameaça da Al-Qaida e Bin Laden, recordando que encarou os atentados contra as embaixadas americanas em Nairobi e Dar es Salaam (1998), como a declaração da III Guerra Mundial. Face a uma ameaça que não se encaixava no modelo aplicado durante a Guerra Fria, o autor considera que o Ocidente ainda não conseguiu

encontrar a estratégia mais acertada para desenvolver a luta contra o terrorismo. Os culpados deste fracasso são identificados: os líderes políticos. Efraim Haley lamenta que o seu relato se resume a uma experiência pessoal, mas adianta que não era possível ir mais longe já que não existe nenhuma estratégia, nem ao nível nacional nem internacional, que consiga assegurar uma vitória absoluta contra o terrorismo. Para que tal aconteça, propõe que seja desencadeado um plano a nível mundial, que incluiria os países que se sintam alvos de atentados terroristas e aqueles que já tenham sido as suas vítimas. Para que o plano pudesse ser colocado em acção, teria de ser definido um prazo para que os diversos estados demonstrassem interesse em participar no projecto, bem como apresentassem os seus desígnios e estratégias a seguir. Findo este processo, seriam analisados os fracassos e sucessos e retiradas conclusões. Desta forma, considera, «deixariam de ser os terroristas a ditar as regras», que passariam a ser definidas pelo «mundo livre».

Numa análise aos diversos grupos terroristas, Efraim Haley distingue o Hamas e o Hezbollah da Al-Qaida, já que os primeiros anseiam fazer parte do sistema e os segundos pretendem destruí-lo. Não deixa de ser curiosa uma das estratégias que o autor apresenta para o sucesso da luta contra o terrorismo: «O Hamas e o Hezbollah são os únicos dois exemplos do tipo de parceiro que o mundo livre pode ser levado a procurar se desejar ganhar a guerra ao terror». Os acontecimentos poderão dar-lhe, ou não, razão.

**ARIEL SHARON E DAVID CHANOFF,
WARRIOR. AN AUTOBIOGRAPHY**

Nova York, Simon & Schuster Paperbacks, 2005,
3.^a ed., 570 pp.

Ariel Sharon é, sem dúvida, uma das figuras mais marcantes e controversas da história recente do Médio Oriente. Com uma vasta carreira militar, é considerado um dos mais emblemáticos generais das Forças Armadas israelitas, um bom estratega, mas cuja carreira ficou marcada pela condução da intervenção israelita no Líbano em 1982, e em particular pelo papel que desempenhou nos massacres de Shatila e Sabra. Dedicou-se também à carreira política. Ligado ao Likud, tutelou as mais diversas pastas – Comércio e Indústria, Habitação e Construção, Infra-estruturas Nacionais e Defesa – em variados executivos israelitas. Em Fevereiro de 2001 chegou ao cargo que tanto ansiava: primeiro-ministro do Estado de Israel. Desde sempre impulsionador da política de expansão de colonatos, foi com surpresa que a comunidade judaica – dentro e fora de Israel – bem como o mundo em geral viram Ariel Sharon defender com toda a convicção – e persistência – o desmantelamento dos colonatos judeus de Gaza, acção que liderou em Agosto de 2005. Já anteriormente, aquele que tinha criticado a realização da Conferência de Madrid e rejeitado a assinatura dos Acordos de Oslo, parecia aceitar – mesmo que sob várias condições – que o seu governo iniciasse um processo de conversações com a Autoridade Palestiniana, após a morte do seu grande rival, Yasser Arafat. Ariel Sharon sempre se apresentou como um homem de convicções. Talvez por

isso, a sua autobiografia – escrita em parceria com o jornalista David Chanoff – pouco nos diga sobre a sua carreira política dos últimos anos. Em *Warrior*, Sharon descreve essencialmente o seu percurso militar – com diversos detalhes sobre as operações que liderou –, e as relações que manteve com algumas das principais figuras que marcaram as primeiras décadas da história de Israel, nomeadamente David Ben-Gurion e Moshe Dayan, bem como as relações que foi mantendo com os vários líderes dos governos dos quais fez parte. Este relato dá também a conhecer o lado mais pessoal e emocional do antigo «falcão» do Likud, o seu amor pela família, e a estreita ligação que mantinha com a quinta onde se refugiava e recebia amigos e colaboradores mais próximos.

Publicado pela primeira vez em 1989 e actualizado na edição *paperback* em 2005, *Warrior* deixa muito por contar sobre uma das etapas mais interessantes do percurso de Ariel Sharon: o momento em que rompe com o passado e abre caminho a uma nova fase na política de Israel.

Agora que, na sequência da sua incapacitação, o velho general desapareceu da cena política, seria importante entender quais os motivos que o terão levado a abdicar de um dos fundamentos ideológicos em que sempre se apoiou, a unidade de *Eretz Israel* (a terra de Israel), e de um dos principais mecanismos para garantir a maioria judaica naquele território, a política de expansão de colonatos. O mesmo homem que em Setembro de 2000 ousou visitar o Monte do Templo (área de Jerusalém controlada pelos muçulmanos), surpreendeu

mais uma vez os seus concorrentes ao desencadear a retirada israelita de Gaza e propor um plano unilateral de resolução para o conflito israelo-palestiniano. Amado por uns e odiado por outros, os seus derradeiros lances continuarão a

intrigar-nos por algum tempo. Uma certeza porém fica-nos depois da leitura deste livro: a última palavra sobre a herança política de Sharon, o eterno guerreiro, ainda não foi dita.

■ ANA SANTOS PINTO